

## “Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo

### Resumo

A ausência de estudos geográficos sobre os espaços das minorias, incluindo os surdos, é uma lacuna evidente na análise da cidade brasileira atual. Este artigo objetiva apresentar algumas características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo a partir de um levantamento bibliográfico sobre a história desses sujeitos e da elaboração de uma breve historicização. Com isso, será possível compreender que os surdos estiveram por muito tempo restritos à casa, aos clubes de surdos e escolas e, nos atuais dias, há uma busca progressiva por promover a verdadeira inclusão dos surdos e deficientes auditivos na cidade. Nos últimos anos do século XX, os surdos vêm se organizando e se fortalecendo socialmente por meio das políticas de acessibilidade e inclusão, presentes na pauta de debate local, nacional e internacional. Sendo assim, a mobilização desse grupo por direitos manifesta-se em diferentes frentes, inclusive na reivindicação de viver a cidade. Ao contrário das realidades enfrentadas pelos surdos em tempos passados, quando a surdez era considerada uma deficiência incapacitante, acentuando-se a exclusão social deste grupo, é possível compreender, através da historicização apresentada, a busca (desses sujeitos) pela identificação e superação das barreiras, ainda presentes nas cidades, que dificultam seus fluxos, interferindo na sua liberdade de ir e vir, impeditivas da realização de seus desejos. Este artigo constitui-se num recorte de pesquisa de doutorado, que teve como tema central discutir a cidade como um espaço deficiente para atender às necessidades de pessoas surdas, em suas múltiplas faces.

**Palavras-chave:** geografia de surdos; comunidade surda; inclusão socioespacial; cidade.

**Patrícia dos Santos Dias**  
Doutora em Geografia pela  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte - UFRN.  
Professora da Secretaria de  
Educação do Distrito Federal.  
Brasil

[pdias181@gmail.com](mailto:pdias181@gmail.com)  
[lattes.cnpq.br/8617441258638414](http://lattes.cnpq.br/8617441258638414)  
[orcid.org/0000-0001-5181-1637](http://orcid.org/0000-0001-5181-1637)

**Eugênia Maria Dantas**  
Doutora em Educação pela  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte – UFRN. Pós-  
doutora Grupo de Estudos da  
Complexidade da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte -  
UFRN. Professora da  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte - UFRN.  
Brasil

[eugeniadantas@yahoo.com.br](mailto:eugeniadantas@yahoo.com.br)  
[lattes.cnpq.br/6296149707446296](http://lattes.cnpq.br/6296149707446296)  
[orcid.org/0000-0002-1541-7082](http://orcid.org/0000-0002-1541-7082)

### Para citar este artigo:

DIAS, Patrícia dos Santos; DANTAS, Eugênia Maria. “Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, e0306, 2023.

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0306>

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

## "Geography of silence": characteristics of the spatiality of deaf people over time

### **Abstract**

The absence of geographical studies on the spaces of minorities, including the deaf, is a clear gap in the analysis of the current Brazilian city. This article aims to present some characteristics of the spatiality of the deaf over time through a literature review on the history of these individuals and the development of a brief historicization. Through this, it will be possible to understand that the deaf were long confined to their homes, deaf clubs, and schools, and in recent times, there has been a progressive effort to promote true inclusion of the deaf and hearing-impaired in the city. In the late twentieth century, the deaf community has been organizing and strengthening socially through accessibility and inclusion policies, which have become prominent in local, national, and international debates. Thus, the mobilization of this group for their rights is expressed on various fronts, including the demand to live in the city. Unlike the realities faced by the deaf in the past, where deafness was considered a disabling condition, exacerbating the social exclusion of this group, it is possible to understand, through the historical context presented, the pursuit of identification and overcoming the barriers that still exist in cities, hindering their mobility and impacting their freedom to move and pursue their desires. This article constitutes a segment of a doctoral research, with its central theme being the discussion of the city as an deficient space to meet the needs of deaf individuals in their multifaceted aspects.

**Keywords:** deaf geography; deaf community; socio-spatial inclusion; city.

## 1 Introdução

Neste artigo será abordada a espacialidade dos sujeitos surdos, a partir de uma retrospectiva analítica da evolução histórica sobre o entendimento da surdez e da deficiência auditiva na sociedade. A partir de uma revisão de textos publicados por pesquisadores que se dedicaram a realizar um levantamento sobre a vida dos surdos ao longo do tempo, tais como Nomeland e Nomeland (2012), Sonnenstrahl (2002) e Perlin e Strobel (2014), procurou-se correlacionar a evolução do entendimento da surdez com aspectos da espacialidade desses sujeitos, além de impactos provocados na inclusão ou exclusão dos surdos na cidade.

Esta é uma discussão importante a ser realizada, uma vez que dados da PNS - 2013 e do PNAD (IBGE, 2007; 2014) apontam para a existência de, aproximadamente, 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva no país (2,3% severa), abrangendo homens e mulheres de todas as idades, com ênfase nos mais velhos.

No âmbito da Geografia, pesquisadores de todo o mundo já começaram a se apropriar da temática da deficiência e da surdez, reconhecendo a vulnerabilidade desse grupo social, com rebatimentos diversos, nas diferentes dimensões no cotidiano de suas vidas. O artigo de Hall e Wilton (2017) é um exemplo. Nele, os autores argumentam que uma nova fase no estudo geográfico da deficiência está emergindo e destacam que vários autores estão começando a identificar o potencial para uma nova abordagem da deficiência, a partir da década de 1990, o que desperta, numa nova geração de geógrafos, o entendimento de que a deficiência deve ser abordada como um fenômeno socioespacial. Os autores destacam, por exemplo, as barreiras físicas e atitudinais dentro do ambiente social e institucional construído, que sugere a organização desses sujeitos, tendo em vista o rompimento de uma realidade que se apresenta desigual e combinada, com efeitos contundentes no cotidiano das pessoas com deficiência.

Há, de fato, um aumento dos trabalhos sobre a surdez no campo da ciência geográfica, o que denota que as pesquisas caminham para analisar os surdos sem o foco na deficiência,

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
 Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

mas no entendimento de que eles são uma minoria linguística e cultural, caracterizada como um grupo social em situação de vulnerabilidade<sup>1</sup>.

Nessa direção, Gulliver e Fekete (2017) defendem que a geografia necessita vislumbrar o mundo e a experiência do ambiente como algo repleto de variações, e essas variações precisam ser reconhecidas e respeitadas. Não há nada inerente ao mundo que o torne um mundo “ouvinte” ou um mundo “surdo”, mas sim, são as ações das pessoas que produzem o espaço. Surdos e ouvintes têm direitos iguais para aproveitar seu ambiente e usá-lo para produzir suas próprias geografias.

Assim, neste artigo, propõe-se uma discussão que leve o(a) leitor(a) à busca ou ao reconhecimento de narrativas autênticas, e não a meras reproduções que distanciam os ouvintes do (re)conhecimento da Cultura Surda – definida por Strobel (2008, p. 27) como o jeito de o sujeito surdo entender, abrangendo a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos.

As variações existentes ao se abordar a surdez e a Cultura Surda e as múltiplas experiências desses sujeitos para viverem a cidade devem ser revistas e/ou aprofundadas. Aos pesquisadores cabe reconhecer a complexidade dos surdos como grupo minoritário, bem como sua história de exclusão socioespacial e a ampla diversidade de experiências surdas, a fim de promover um debate mais abrangente e inclusivo sobre a presença desses sujeitos na cidade, rompendo com a hegemonia dos ouvintes.

<sup>1</sup> Caso haja interesse, esta abordagem pode ser observada nos seguintes trabalhos: DIAS, P. S.; DANTAS, E. M. **A cidade contemporânea e os sujeitos surdos**: o desafio de pensar a acessibilidade e a inclusão. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, [s.l.], v. 1, p. 1-15, 2020; MATHEWS, E. S. No sign language if you want to get him talking: power, transgression/resistance, and discourses of d/deafness in the Republic of Ireland. **Population, Space and Place**, [s.l.], v. 17, n. 5, p. 361-376, 2010; MATHEWS, E. S. **Place, space, and identity**: using geography in deaf studies. [S.l.]: Simply Complex, 2006; SKELTON, T.; VALENTINE, G. It feels like being Deaf is normal': an exploration into the complexities of defining D/deafness and young D/deaf people's identities. **Canadian Geographer/Le Géographe canadien**, [s.l.], v. 47, p. 451-466, 2003a; SKELTON, T.; VALENTINE, G. Political participation, political action and political identities: Young D/deaf people's perspectives. **Space and Polity**, [Londres], v. 7, n. 2, p. 117-134, 2003b; VALENTINE, G.; SKELTON, T. L.; LÉVY, P. **The role of the internet in D/deaf people's inclusion in the information society**. [S. l.], 2007; FEKETE, E. *Signs in space*: american sign language as spatial language and cultural worldview. 2010. Dissertação (Master of Arts) – Kent State University, Kent (EUA), 2010; GULLIVER, M.; KITZEL, M. **Deaf geography, an introduction**. [S. l.: s. n.], 2015; HAROLD, G. Reconsidering sound and the city: asserting the right to the deaf-friendly city. **Environment and Planning D: Society and Space**, [s.l.], v. 31, n. 5, p. 846-862, 2013.

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

O reconhecimento da complexidade que envolve esses sujeitos se faz necessário uma vez que existe o sujeito que tem uma surdez leve, mas há aqueles que têm uma surdez moderada, severa, profunda ou total; existe o sujeito surdo com surdez bilateral (nos dois ouvidos) ou unilateral (um ouvido); existe a pessoa surda de nascença ou aquela que teve uma surdez adquirida (depois de nascer); existe a surdez progressiva (perdida aos poucos) e a surdez súbita (perde a audição de repente); existe a surdez pré-lingual (antes de oralizar) e a pós-lingual (quando já sabe falar oralmente).

Existem ainda os surdos sinalizantes, cuja comunicação se dá por meio da Língua de Sinais; os surdos bilíngues que usam a Língua de Sinais e o português, por exemplo; e os surdos oralizados. Há ainda os surdos que não tiveram contato com o português ou a Libras e comunicam-se por meio de gestos que são interpretados em âmbito familiar.

Posto isso, será desenvolvida uma discussão acerca da espacialidade dos surdos, levando em consideração os eventos históricos e geográficos associados a esses sujeitos, com o objetivo de contextualizar e dar significado à temática em questão, para compreender o tempo presente, quando é possível observar a mobilização desse grupo por direitos, inclusive o direito de viver a cidade.

As espacialidades aparecem, ao longo do tempo, como formas de apropriação e utilização dos espaços pelos surdos e apresentam variações no tempo e espaço, bem como características predominantes, em um determinado momento, que as qualificam e as diferenciam historicamente umas das outras (Colucci; Magno; Souto, 2011).

Para aprofundar a compreensão da vivência dos surdos na cidade atual, faz-se necessário realizar uma retrospectiva analítica da evolução histórica sobre o entendimento da surdez e da deficiência auditiva na sociedade. Para uma melhor compreensão do presente, é necessário retroceder no tempo, pois a concepção equivocada de que a surdez é uma variação humana incapacitante ainda permeia a sociedade atual, o que afeta negativamente a vida dos surdos em cidades que, em sua maioria, são projetadas para atender a pessoas que são consideradas "perfeitas". As necessidades específicas de pessoas surdas devem entrar na pauta das discussões cotidianas e acadêmicas.

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

## 2 A história de exclusão socioespacial dos surdos ao longo do tempo

Ao longo do tempo, houve uma significativa mudança na forma de ver as pessoas surdas na sociedade, o que, por consequência, refletiu nas discussões sobre o tema. Mesmo recentemente, até o início dos anos 1990, no Brasil, por exemplo, o entendimento da surdez se concentrava na perda auditiva como uma anormalidade ou deficiência e, em condições patológicas. Além disso, a surdez era vista a partir da perspectiva médica, como algo que precisava ser tratado “por meio de treinamento da fala, leitura labial e a restituição da capacidade de ouvir através de aparelhos auditivos. Inclusive, os corpos dos surdos eram marcados pela falta, defeito” (Lima, 2020, p. 36). Sendo assim, durante muito tempo, eles foram vistos como pessoas incapacitadas e a surdez como uma patologia incapacitante.

A sociedade e o próprio indivíduo que se enxerga como deformado empreendem esforços para que fisicamente consigam corrigir o defeito. Contudo, a visão clínico-patológica desconsiderava o sujeito e sua subjetividade. A obrigatoriedade do recurso terapêutico de tornar o surdo igual aos demais o retirava do mundo da vida. O estresse causado pelos treinos e repetições intermináveis desprovidas de sentido fortalecia o sentimento de incapacidade e imperfeição (Lima, 2020, p. 36).

Atualmente, a surdez vem sendo reconhecida, no meio acadêmico e pela Comunidade Surda, como um processo de criação ou aceitação de uma identidade, o que só começou a ser difundido durante o início dos anos 2000. Segundo Nomeland e Nomeland (2012, p. 67), essa visão, difundida na sociedade atualmente, favorece a construção de “um estado de espírito em que os surdos alcançam uma personalidade mais plena e forte, sendo uma abordagem positiva para reafirmar o potencial e o lugar deles na sociedade, na história e no mundo”.

Fato é que, essa nova maneira de considerar as experiências das pessoas surdas terá impactos na sua vida cotidiana, na comunicação, na sociabilidade e na espacialidade. Se até então o sujeito surdo tinha uma vida muitas vezes limitada espacialmente, controlada, vigiada, sem liberdade de deslocamento, sem capacidade de escolha, tem-se que é possível vislumbrar a construção da saída de uma condição historicamente construída de reclusão e exclusão para

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

uma condição de inclusão e acessibilidade dos surdos, em todos os espaços públicos e privados.

Segundo Sacks (2010), indivíduos surdos, em especial aqueles que nasceram com essa condição, foram historicamente considerados deficientes e incapazes de ter uma vida social plena, receber instruções no modo tradicional, trabalhar e ter acesso ao lazer, à cultura, aos serviços e a tudo o que os ouvintes têm acesso. Essa era a forma predominante de vê-los no passado, uma vez que não se compreendia que alguém nascido surdo pudesse ter vida social, receber instrução e ser independente. Outrora, na antiga sociedade grega, o pai tinha autoridade para decidir se uma criança nascida com deficiência viveria ou não, por serem consideradas “não humanas” ou mesmo bárbaras. Ainda segundo Nomeland e Nomeland (2012), na Bíblia, os hebreus e os romanos reconheceram as diferenças entre os surdos, identificando aqueles que nasceram surdos e os que se tornaram posteriormente. De qualquer forma, eles geralmente eram excluídos da igreja. Hebreus e egípcios tinham perspectivas significativamente diferentes, pois tratavam as pessoas com deficiência com respeito – os cegos muitas vezes se tornavam músicos. Já a igreja considerava as deficiências um fato da vida, parte da criação de Deus.

O entendimento da surdez como uma condição limitante partia inclusive de grandes personalidades. Aristóteles (384-322 a.C.) foi reconhecido por produzir a citação: “Todos os que nascem surdos tornam-se insensatos e incapazes de raciocinar”. A crença de que a audição era a principal responsável pela inteligência foi defendida por Aristóteles, e essa visão influenciou a sociedade por cerca de dois mil anos. Por conta disso, durante esse período, os surdos foram considerados incapazes e oprimidos pela sociedade. No trecho abaixo é notório como foram considerados inferiores às pessoas com audição normal ao longo do tempo:

Há um entendimento limitado na cultura dominante sobre o que significa ser surdo, e os preconceitos e equívocos resultantes sobre os surdos são profundos. Aristóteles proclamou por volta de 355 a.C que porque os surdos não podiam ouvir, eles não podiam pensar - eles eram “sem sentido e incapazes de raciocinar” (Gannon, 1981 apud Sonnenstrahl, 2002, p. 15). Os surdos foram erroneamente considerados inferiores às pessoas com audição normal e o termo “surdo e mudo” foi usado por muitos anos, no século XVII (Sibscota, 1670), e particularmente de meados do século XVIII até o início do

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

século XX. Mesmo hoje, a Comunidade Surda não é um grupo amplamente conhecido ou compreendido. Os surdos foram ignorados, oprimidos, discriminados e tratados com indiferença paternalista (Sonnenstrahl, 2002, p. 15).

O Novo Testamento<sup>2</sup> sugeria que a surdez era causada por um espírito maligno e que os surdos não podiam se tornar cristãos. Um exemplo adicional é o pensamento de Santo Agostinho (354 d.C. a 430 d.C.), que é frequentemente associado à ideia de que os surdos não poderiam ser salvos, já que não eram capazes de ouvir a palavra de Deus. No entanto, esse pensamento de Santo Agostinho mudou com o tempo, tendo ele ficado mais otimista quando revelou que os surdos podiam aprender e, portanto, receber fé e salvação (Nomeland; Nomeland, 2012).

De acordo com Nomeland e Nomeland (2012), durante a Idade Média (período entre os anos 476 e 1453 d.C.), os adultos surdos eram frequentemente ridicularizados e utilizados como entretenimento na corte. Outros foram internados em asilos devido à falta da fala ou porque eram considerados resultado de possessão demoníaca.

Foi durante o reinado de Justiniano (527 a 565 d.C.), um dos homens mais influentes da Idade Média, que os surdos foram classificados em categorias e, de acordo com a situação da surdez (nascido surdo ou posteriormente surdo), os direitos eram maiores ou menores. Os nascidos surdos e mudos, por exemplo, eram proibidos de controlar sua propriedade, uma vez que deveriam ter um tutor e não poderiam fazer testamentos, ou construir propriedades. Já os surdos e mudos (pós-nascimento) poderiam ter todos os privilégios devolvidos a eles, caso fossem capazes de se comunicar por escrito e pudessem ser ensinados, principalmente em arte ou pintura.

É possível perceber que durante esse período histórico, os surdos eram altamente dependentes, frequentemente rejeitados, negligenciados ou até mesmo abandonados. Além disso, a surdez era vista como uma doença pelos médicos, uma condição que deveria ser eliminada a todo custo. Para alcançar essa cura, experiências médicas eram realizadas, como tocar trombetas nos ouvidos ou derramar líquidos (óleo, mel, vinagre, bÍlis de coelho ou de

---

<sup>2</sup> Compilado de 27 livros da Bíblia Sagrada cristã, distribuídos em 260 capítulos, escritos originalmente em grego, entre 50 e 150 d.C.

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

porco, suco de alho, urina de cabra, gordura de enguia misturada com sangue) nas orelhas (Nomeland; Nomeland, 2012). Essa discriminação dos ouvintes em relação aos surdos avançou no tempo, afetando diretamente a vida dessas pessoas.

Um racista é uma pessoa que acredita que sua raça é superior às outras raças. Uma pessoa sexista é aquela que acredita que seu sexo é superior ao do sexo oposto. Assim, um audista - geralmente uma pessoa que ouve - se considera superior aos surdos. Essa atitude prevaleceu ao longo do tempo, com a influência da profissão médica sendo dominante, e o paternalismo para com os surdos existia na escola, no trabalho e na sociedade (Nomeland; Nomeland, 2012, p. 66).

Felizmente, nem sempre existiram apenas situações permeadas por discriminação e exclusão social. Assim, vale salientar que, na Renascença (1400–1600), os surdos foram reconhecidos como pessoas com habilidades, sendo ensinados a ler e a escrever, e eram capazes de se expressar. Por conseguinte, reconheceu-se que poderiam entender e ser ensinados sem referências auditivas, quebrando assim a crença, de longa data, de que ouvir palavras era necessário para a compreensão das ideias. Ponce de Leon (1520–1584), um monge beneditino espanhol, ensinava com ênfase na fala, por isso foi reconhecido como um dos primeiros professores de surdos de boa-fé e, em sua lápide, está gravado o epitáfio: “Pedro Ponce educou surdos e mudos, embora Aristóteles tenha declarado isso impossível.”

Nos anos 1500, alguns artistas surdos se destacam, como Juan Fernández Navarrete, conhecido como El Mudo, um artista muito talentoso, que sabia ler e escrever, sendo ele considerado um dos mais importantes artistas espanhóis do século XVI. Vale ressaltar, em relação a Navarrete, o fato de que o reconhecimento que teve como pintor, na Espanha, o levou a visitar outras localidades como Roma, Florença, Veneza, Milão e Nápoles, apenas para citar alguns lugares que foram importantes para esse pintor e que demonstram sua espacialidade ampliada, ao deslocar-se por diferentes localidades e empenhar-se na realização de importantes trabalhos, como o quadro pintado a pedido do Rei Felipe II.

No livro “Deaf artists in America: colonial to contemporary” (em português: “Artistas surdos na América: do colonial ao contemporâneo”), de Sonnenstrahl (2002), é possível

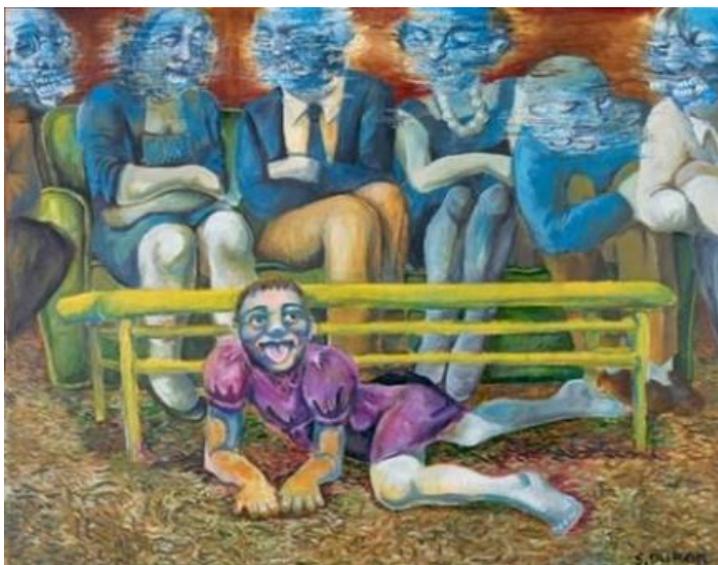
“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

acessar um conteúdo muito rico sobre os artistas surdos e, no que diz respeito a eles, permite uma referência ao que representa a sua cultura na nossa sociedade. Além disso, em um trecho do livro, o autor destaca a ausência de uma visão sobre o que a Comunidade Surda produz artisticamente e o que se repete em todos os outros aspectos da sociedade:

[...] se uma criança ouvinte fosse solicitada a citar dois artistas surdos, provavelmente ele também não seria capaz de fazê-lo [...] ao incluir artistas surdos nesta estrutura analítica, adotamos uma visão global do mundo que é expandida por essa inclusão. Uma maior consciência da vida e da arte dos surdos (alguns dos quais serão familiares a muitas pessoas como artistas, se não surdos) aprofunda a complexidade da compreensão que as pessoas têm da arte e da vida (Sonnenstrahl, 2002, p. 11).

Na obra "Family Dog" (Figura 1), a artista surda Susan Dupor (1991) retrata a percepção que se tinha dos surdos no passado. A obra deixa transparecer o isolamento de uma criança no contexto familiar com os rostos, vistos pela criança, como sem significado, consequência muitas vezes da falta de comunicação e afetividade dentro da família. Sendo assim, vê-se o espaço do surdo limitado à casa, à família e até mesmo a um isolamento intrafamiliar. Segundo a artista, esse entendimento ainda está presente em muitas famílias de ouvintes na atualidade, que não aprenderam a se comunicar em Língua de Sinais.

Figura 1 – Susan Dupor, Family Dog



Fonte: Susan Dupor; Acrylic on canvas; Dimensão original: 56 in. x 57 in. Data: 1991.

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

Ressalta-se que foi durante o século XVII que as oportunidades de aprendizagem foram expandidas para crianças surdas, especialmente para as afortunadas e nascidas em linhagens reais ou que tivessem ligações com a realeza. Assim, no final do século XVII, o ensino bem-sucedido de surdos podia ser observado em quatro países europeus: Espanha, Inglaterra, França e Holanda. De modo geral, essa fase da história da educação de surdos, desde o início do século XVI até o final do século XVIII, apresentava algumas características: a educação geralmente era organizada pela família; o objetivo era ensinar as crianças a se comunicarem oralmente ou por escrito; elas raramente aprendiam a ler os lábios; os meios de ensino foram a fala, a escrita, a ortografia e os sinais; e a arte da educação de surdos costumava ser envolta em mistério.

Vale ressaltar também, que muitos de seus professores eram padres ou médicos e eles não descreviam os métodos educacionais (Nomeland; Nomeland, 2012). Sendo assim, essas características da educação estão atreladas às da vida em sociedade desses sujeitos e podem, por si só, dar indicativos de que a vida do surdo estava restrita social e espacialmente à vida familiar e à casa. De fato, por muito tempo, o nascido surdo viveu em um mundo reduzido, onde não conseguiu se comunicar, adquirir e compartilhar informações (Sacks, 2010). Apesar de não terem uma limitação intelectual, sua capacidade de aprendizado e vida social estiveram gravemente restritas, uma vez que eram confinados ao espaço da casa, a um mundo pequeno e limitado.

Ao revisitar essas informações, observa-se o quanto essas pessoas surdas viveram em isolamento domiciliar. Além de que, quando suas famílias dependiam mais da agricultura, esses sujeitos estavam ainda mais isolados e ficavam sem assistência. Como destacam Nomeland e Nomeland (2012), à medida que a urbanização se tornou progressivamente dominante, as cidades cresceram e mais pessoas se reuniram nelas. Isso também se aplicou aos surdos que, ao se mudarem para as áreas urbanas, gradualmente expandiram suas vidas sociais.

Ben-moshe (2016) chama a atenção para o fato de que pessoas com deficiência (incluindo os surdos) têm habitado historicamente instituições que variam de casas coletivas a

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

prisões, e muitas estiveram encarceradas nessas instalações, sujeitas à desumanização e à negação de direitos. Sendo assim, ele analisa o encarceramento através da lente dos estudos da deficiência e destaca que é preciso considerar as condições sociais e econômicas dessas pessoas, ao mesmo tempo que examina como o ambiente do encarceramento é incapacitante.

O autor chama a atenção para o isolamento social e espacial enfrentado por pessoas com deficiência, mesmo que esse alerta seja voltado para as instituições, ele também se aplica ao contexto cotidiano da cidade. Especialmente quando as famílias não encorajam a saída de casa das pessoas com deficiência, por considerá-las incapazes. De fato, para o autor, existe uma conexão entre encarceramento, “anormalidade” e deficiência, fazendo parecer normal mantê-las isoladas ou fechadas em determinados espaços. A manutenção do isolamento do surdo pela família pode ocorrer, muitas vezes, por desconhecimento, proteção ou medo, o que acaba limitando a espacialidade dos surdos e a vivência de espaços de sociabilidade, educação, lazer e cultura.

Na Europa, no final dos anos 1700, especialmente na Inglaterra e na França, ocorreu um debate sobre a “linguagem” de sinais e o tema da imposição da fala (Nomeland; Nomeland, 2012), de forma séria e profunda. Conseqüentemente, no século XIX, novas oportunidades educacionais começaram a surgir. No entanto, a visão predominante ainda era de que a surdez precisava ser “corrigida”. Dessa forma, os surdos aos poucos começaram a sair do limite de segurança e controle de suas casas, de um estado de isolamento socioespacial, para terem acesso, mesmo que ainda restrito, às escolas de surdos que foram surgindo, sendo esse um fato positivo do ponto de vista social, da comunicação e da educação.

No século XX, o paternalismo em relação às pessoas surdas persistiu, no entanto, certos episódios históricos foram extremamente sombrios e não podem ser esquecidos. Durante o regime nazista de Hitler (1933 a 1945), os surdos estavam entre vários grupos perseguidos, recebendo ordens para não terem filhos e muitos foram enviados para campos de concentração. Como detalham Nomeland e Nomeland (2012), durante a Segunda Guerra Mundial (1939 até 1945), 150.000 pessoas com deficiência foram condenadas à morte sob o domínio nazista, das quais 1.600 eram surdas.

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

Além disso, nesse contexto, Nomeland e Nomeland (2012) fazem referência ao fato de que os surdos, em meados do século XX, em casa, costumavam comer sozinhos em uma sala cheia de pessoas que falavam em voz alta, deixando-os de fora (como retratado na Figura 1). Apesar do isolamento, até mesmo no âmbito familiar, na escola eles foram capazes de se comunicar com seus colegas, algo que muitas vezes não podiam fazer com seus pais ou irmãos que não usavam sinais. Portanto, vê-se aí, uma progressiva saída desse sujeito do ambiente restritivo da casa e exclusivista da vida familiar para a escola.

Então, observa-se que a espacialidade do surdo foi sendo ampliada, à medida que mais pessoas treinadas para ensiná-los abriram mais escolas, inclusive públicas para os que não podiam pagar<sup>3</sup>. Pode ser citado o Asilo de Londres para “surdos e mudos” como exemplo de um estabelecimento que, em 1792, aceitava crianças surdas de famílias pobres, quando os efeitos dessa discriminação eram ainda mais contundentes. Ele foi a primeira escola pública na Grã-Bretanha para surdos. São avanços no caminho de uma expansão e ampliação de novos espaços para surdos, iniciando pelo acesso à escola.

Entretanto, ainda não é possível falar que havia inclusão no sentido de surdos e ouvintes conviverem no mesmo espaço. Além do mais, a segregação assumiu várias formas historicamente, tanto na relação dos surdos com os ouvintes, como na relação deles entre si. Por exemplo, ao separar os surdos que oralizavam dos que sinalizavam nas escolas ou ao separar os meninos e as meninas em escolas residenciais. Vale ressaltar a segregação de classe social. Os mais pobres eram excluídos de qualquer avanço rumo à cidadania. Ainda havia também a dificuldade de acesso às escolas que eram afastadas, implicando no sistema de internato como se vê no relato abaixo:

No século XIX, os alunos surdos geralmente viajavam para a escola no outono e lá permaneciam até o fim do ano letivo na primavera. Os afortunados voltariam para casa durante o recesso de Natal. A viagem entre a casa e a escola era lenta, árdua e demorada. [...] algumas das primeiras escolas para surdos eram tão separadas e remotas que eles tinham seus próprios cemitérios. A Escola para surdos do Kansas, a Escola para surdos da Pensilvânia e a Escola para surdos da Carolina do Sul tinham cemitérios

---

<sup>3</sup> O matemático de profissão, Thomas Braidwood, fundou uma escola de surdos, em Edimburgo.

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

dentro ou ao lado do campus. Alunos que morreram durante a escola e não puderam voltar para casa foram enterrados lá. Não apenas suas vidas pertenciam às escolas, mas também, ao que parece, seus corpos (Nomeland; Nomeland, 2012, p. 59).

Vale ressaltar que a segregação entre homens e mulheres, brancos e negros surdos, era realidade até mesmo no famoso Gallaudet College – uma instituição importante nos EUA, voltada para o ensino deles. Lá, as mulheres foram proibidas de frequentar a instituição até 23 anos após sua inauguração, em 1864, e alunos negros também não foram admitidos na faculdade até a década de 1950<sup>4</sup>. Além disso, os estudantes também eram obrigados a oralizarem e proibidos de se comunicar através de sinais nos espaços da escola e em público.

Destaca-se que a história das crianças surdas e negras é uma particularidade pouco enfatizada nas pesquisas, mesmo no Brasil. Nos EUA, por exemplo, segundo Nomeland e Nomeland (2012), não havia escolas para crianças surdas negras e por muitos anos elas eram separadas dos alunos brancos (estudavam em escolas separadas ou, se na mesma, eram colocados em diferentes edifícios ou mesmo em diferentes campi). Além do mais, os alunos negros chegavam a ser separados em dormitórios, ter professores e administradores diferentes, enfermarias separadas e até as cerimônias de graduação eram realizadas separadamente. Além disso, professores afro-americanos surdos tinham dificuldades para conseguir emprego. Nessa caminhada, grande parte da história dos surdos negros foi desconsiderada, caracterizando a segregação e desigualdade de raça.

Observa-se mais uma vez uma limitação na espacialidade dessas pessoas, não apenas nos espaços escolares e na relação surdos-ouvintes, mas na própria relação entre elas, visto que, por muito tempo, foram mantidos separados dos ouvintes em relação aos direitos e ao uso dos lugares, devendo ir para escolas exclusivas. Só aos poucos isso também foi sofrendo mudanças, no sentido de buscar uma maior integração entre surdos e ouvintes, como é possível observar no relato abaixo:

---

<sup>4</sup> Segundo Nomeland e Nomeland (2012), Andrew J. Foster foi o primeiro negro a se formar na faculdade em 1954.

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

Provavelmente, a primeira instância de integração foi registrada no início de 1700. Samuel Edge, um plantador de audiências em Fredericksburg, Virgínia, pagou o dobro da mensalidade normal para ter seu filho surdo de 14 anos, John, ensinado em uma classe de crianças ouvintes. O professor John Harrow escreveu em seu diário de 21 de junho de 1774: “Sr. Samuel Edge Planter veio até mim e me implorou para levar um filho seu para a escola que era surdo e tonto [sic], e eu consenti em tentar o que eu poderia fazer com ele” (Nomeland; Nomeland, 2012, p. 31).

Ressalta-se que Thomas Hopkins Gallaudet (1787 — 1851), educador estadunidense, é reconhecido por importar um método de ensino de surdos, abrindo a primeira escola permanente para eles na América e ajudando outros estados a estabelecer escolas para essas pessoas (Nomeland; Nomeland, 2012). Ele se convenceu de que uma menina surda que ele observava brincar tinha a capacidade de aprender exatamente como as crianças ouvintes, o que foi transformador para ele. Além do mais, em uma viagem à Europa, Gallaudet ficou impressionado com o que observou em relação ao uso de sinais além dos métodos de fala e de leitura labial e, em 1816, viajou para a França para estudar “linguagem de sinais” (ainda não era vista como uma língua). Voltando para a América, continuou a aperfeiçoar suas habilidades de sinalização.

No que se refere à proibição do uso da sinalização por surdos, Nomeland e Nomeland (2012) fazem referência a um encontro ocorrido em Milão, em setembro de 1880, quando educadores de todo o mundo se reuniram para o segundo Congresso Internacional de Educação de surdos. Nesse evento, a discussão entre os educadores levou à proibição do uso da “linguagem de sinais”. Um fato interessante a ser destacado é que apenas um dos 164 representantes era surdo: James Denison, o diretor do Columbia Institution em Washington, DC. Esse evento é considerado um momento de extremo retrocesso no que se refere aos surdos, por desconsiderar e desqualificar a língua de sinais.

Assim, a história do ensino de surdos avança com verdadeiros embates entre os dois métodos para ensinar: o uso do oralismo ou da linguagem de sinais. Inclusive, por muitos anos, até o final do século XX, apenas a educação oral foi permitida, por exemplo, no estado de Massachusetts. Mesmo Alexander Graham Bell (1847–1922), amplamente conhecido como

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

o inventor do telefone, cuja mãe era surda, defendia o método oral para surdos, como é apresentado no trecho abaixo:

Embora Bell trabalhasse no campo da educação de surdos durante toda a vida, fosse filho de uma surda e se casasse com uma surda, ele parecia considerar os surdos deficientes. Sua principal crença era que, se as crianças surdas assinassem (sinais), não seriam fluentes em inglês; ele também acreditava que o casamento entre surdos resultava no nascimento de mais surdos. Ele defendeu a esterilização de surdos e a proibição de surdos de se tornarem professores, e publicou vários livros e artigos sobre a proibição de casamentos entre surdos. [...] o objetivo declarado de Bell era erradicar a língua e a cultura das pessoas surdas, impondo-lhes a integração na sociedade ouvinte. [...] no final, ele não publicou suas pesquisas ou materiais, pois não conseguia dar conta do fato de que pais surdos nem sempre tinham filhos surdos. Na verdade, a pesquisa mostrou que 90-93 por cento das crianças surdas nascem de pais ouvintes. [...] Alguns sugerem que Bell e Hitler queriam eliminar pessoas que consideravam “defeituosas” (Nomeland; Nomeland, 2012, p. 47).

Esse tipo de pensamento limitante, separatista e segregador era difundido por figuras importantes, como Alexander Graham Bell, na sociedade do início do século XX. Se considerarmos que muitas das concepções atuais sobre pessoas surdas, principalmente entre as pessoas ouvintes, têm origem nessa abordagem, é possível entender a sua perpetuação ao longo do tempo.

Assim sendo, tais narrativas e perspectivas se perpetuam ao longo do tempo, sendo transmitidas de geração em geração e, com isso, acabam estigmatizando grupos de pessoas. De acordo com Nomeland e Nomeland (2012), desde os primórdios da humanidade, a visão predominante em relação às pessoas surdas tem sido negativa. Tal comportamento pode ser observado, por exemplo, na concepção de Aristóteles, que acreditava que as pessoas surdas não eram educáveis, ou na declaração de Santo Agostinho: "a fé vem somente através da audição". Todos esses comportamentos e formas de pensar ainda refletem na sociedade atual.

Por conseguinte, quando a questão da sinalização era condenada e ainda era um tabu, os surdos tiveram que buscar estratégias de socialização além de locais onde fosse possível usar os sinais. É quando surgem os chamados “clubes de surdos”, inicialmente quase com tom

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

de clandestinidade, já que a Língua de Sinais não era aceita. Então, esses clubes eram realizados em espaços alugados que ficavam perto de bondes ou linhas de ônibus, onde eles se comunicavam na Língua de Sinais e organizavam esportes para surdos, entre outras atividades, como detalham Nomeland e Nomeland (2012):

Em algumas cidades, os sócios do clube levantaram fundos para comprar ou construir seus próprios clubes. A maioria dos clubes estava aberta todos os fins de semana, geralmente sexta-feira à noite e todos aos sábados. Nas noites de domingo, eles também estavam abertos para exposições de filmes legendados. Alguns clubes estavam abertos todas as noites, ou mesmo 24 horas (Nomeland; Nomeland, 2012, p. 77).

Os clubes de surdos foram considerados essenciais como lugares onde primava a socialização e a ampliação do convívio social desses sujeitos, permitindo um encontro de iguais. Dessa forma, é por meio dessas discussões que a sociedade gradualmente começa a mudar sua compreensão sobre deficiência e surdez. Com o passar do tempo, os surdos também passaram a experimentar mais espaços de convivência fora de suas residências, lutando arduamente pelo direito a espaços na vida urbana, ainda que inicialmente esses espaços fossem delimitados (tais como associações, escolas, confederações de surdos, entre outros) e funcionassem de forma restrita e frequentados somente por eles. Sob a ótica da vida social e urbana, os surdos estavam nesse momento inseridos em um círculo social e espacial extremamente limitado e localizado, com pouca amplitude e variação, já que os espaços de convivência fora das áreas "permitidas" eram, para muitos, inalcançáveis.

No entanto, aos poucos, os surdos começam a derrubar esses muros invisíveis. Em meados da década de 1940, a sociedade começou a repensar e a entender que isolar as pessoas com deficiência não era uma solução e que essas pessoas têm direitos. Depois da Segunda Guerra Mundial, com a declaração Universal dos direitos Humanos de 1948, a dignidade humana veio a ser compreendida como valor fundamental inerente a qualquer pessoa. Essa é uma questão fundamental, que promove uma mudança de paradigma na sociedade.

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

Apesar de a segregação socioespacial ainda ser uma realidade nos dias atuais, tanto no ambiente familiar, escolar, quanto nos ambientes mais gerais das cidades, fato é que, progressivamente, a espacialidade dos surdos vem sendo ampliada. Assim, as primeiras escolas de surdos com todas as discussões e controvérsias (oralismo contra sinalização) favoreceram o aprendizado e a socialização, além da progressiva saída para espaços além do familiar. Dessa forma, muitos historiadores apontam que as escolas de surdos residenciais foram o início de uma comunidade formalizada, onde a linguagem e as experiências comuns forneceram a sua base (Nomeland; Nomeland, 2012, p. 76).

Especialmente nos últimos vinte anos, no Brasil, os surdos passaram a ter acesso a outros espaços: espaços esportivos, escolas comuns, universidades – alguns desses acessos bastante recentes e que existem favorecidos por normatizações. De todo modo, os surdos brasileiros seguem lutando por direitos de igualdade e pelo respeito à sua língua, que é oficial no país e que precisa sair da condição de reconhecimento do ponto de vista normativo para a prática, a vivência e o cotidiano do surdo na cidade.

A expansão do acesso à língua de sinais tem produzido reflexos na organização socioespacial dos surdos. Por exemplo, os clubes de surdos ou espaços exclusivos para eles, no atual panorama, diminuíram sua importância e, aos poucos, tornaram-se inexistentes ou foram sendo desconstruídos e reconfigurados para darem espaço a outras formas de convivência mais amplas e abertas aos surdos e aos ouvintes. Assim, segundo Nomeland e Nomeland:

Durante o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os clubes de surdos perderam sua posição como centros da comunidade de surdos adultos. Como resultado do declínio do quadro social e do apoio, a maioria dos clubes fechou e algumas sedes foram vendidas. [...] existem várias razões possíveis para a diminuição do número de membros. No passado, os clubes de surdos atendiam às necessidades emocionais e sociais; hoje em dia, os surdos têm uma gama mais ampla de entretenimento à sua disposição, especialmente por meio da televisão legendada ou de filmes alugados. [...] antes da década de 1980, muito poucas pessoas surdas tinham telefone em casa. [...] com a Internet, a necessidade de se encontrar pessoalmente diminuiu ainda mais, já que os surdos podem interagir facilmente entre si ou com pessoas que ouvem por meio de e-mail, mensagem instantânea ou videoconferência. Outra teoria popular para o declínio dos clubes de surdos é que escolas

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

residenciais não educam mais a maioria das crianças surdas. Atualmente, pelo menos 75% das crianças surdas frequentam escolas públicas, seja em programas especiais para crianças surdas, seja em salas de aula regulares com a ajuda de intérpretes. Essas crianças não têm relações íntimas entre seus colegas surdos, como aquelas forjadas em escolas para surdos nos velhos tempos (Nomeland; Nomeland, 2012, p. 84-85).

Nesse contexto, é compreensível que a cidade tenha sido historicamente inacessível, ou deficiente para os surdos, uma vez que, em um determinado período, eles nem sequer existiam na cidade. Havia o entendimento de que deveriam ficar invisibilizados, de preferência restritos ao âmbito familiar onde estariam, na visão do grupo majoritário e ouvinte, mais seguros. Com o tempo, os surdos têm sua espacialidade ampliada e avançam no espaço periférico dessa cidade, onde estão inicialmente os clubes de surdos. Com isso, os locais de encontro sofreram, progressivamente, alterações, ampliando-se, expandindo-se, incorporando espaços que até então eram utilizados apenas pelos ouvintes. Como afirmam Nomeland e Nomeland:

Uma tendência nova e atual é que os surdos se reúnem em vários lugares em uma base regular, seja em shoppings, restaurantes para café da manhã ou almoço, bares para happy hour, ou café em cafeterias ou livrarias. Por exemplo, uma praça de alimentação em Richmond, Virgínia, não só oferece um lugar onde os surdos podem socializar uns com os outros, mas também dá aos ouvintes a oportunidade de aprender a linguagem de sinais. Em Washington, D.C., um grupo de surdos profissionais se reúne para interagir em um dos locais para beber uma vez por mês. Um site, [www.deaf-coffee.com](http://www.deaf-coffee.com), oferece uma lista de sites de “bate-papo para surdos” nos Estados Unidos. Existem também “happy hours” para surdos profissionais em muitas cidades do país (Nomeland; Nomeland, 2012, p. 85).

Olhando para a história desses sujeitos, percebe-se que os espaços de convivência, circulação e de atuação deles na sociedade estão sofrendo transformações. Assim, como destacam Perlin e Strobel (2014) e Nomeland e Nomeland (2012), o passado dos surdos esteve imerso na tentativa de obrigá-los a serem ouvintes e, em função disso, tiveram que aceitar os outros fazendo a sua história e, conseqüentemente, os dominando. Portanto, é fundamental

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

que surjam novas interpretações sobre a realidade dessas pessoas, com reconhecimento das suas necessidades e experiências no cotidiano atual nas cidades. Para eles,

se prosseguirmos com as velhas realidades, narradas como que no tempo colonial, perigamos escrever uma história de holocausto, de dominação, de lamentos. Mas não é por aí. Temos outros caminhos que, mesmo desconhecidos, merecem ser trazidos à tona, vivenciados e narrados por constituírem a genuína história natural e cultural dos surdos. De fato, temos nossas lutas de significação quais sejam: a busca por educação bilíngue, por políticas para a língua de sinais no Brasil, pela abertura das portas das universidades, por posições de igualdade, por ter intérpretes de língua de sinais e por serem válidos os nossos direitos. Além desses, há muitos espaços que possibilitam novos signos e significados que nos motivam, estando presentes em nosso cotidiano e que nos trazem algo mais desejado – encarnar essas possibilidades “como pessoas completamente diferentes” (Perlin; Strobel, 2014, p. 20).

Atualmente, no Brasil, ocorreram avanços legais e as pessoas com deficiência têm uma série de direitos previstos, mesmo que ainda muitos deles estejam notadamente no âmbito teórico e distantes de serem incorporados à realidade cotidiana dessas pessoas. Em 2002 foi promulgada a Lei 10.436, de Oficialização da Libras em todo o território nacional. Conhecida como “Lei de LIBRAS”, foi regulamentada três anos depois, pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Já o Decreto nº 5.626, do ano de 2005, tem uma importância para as discussões sobre o surdo na sociedade brasileira ao definir quem é o sujeito surdo e como abordá-lo, especialmente para que essas discussões não fiquem apenas no âmbito acadêmico ou das Comunidades Surdas. No Decreto, a pessoa surda é definida não como “aquela que não escuta” ou “aquela que tem perda auditiva” somente, mas como “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (Brasil, 2005).

Outra lei muito importante no contexto da proteção aos direitos das Pessoas com Deficiência é a Lei 13.146/2016 (Lei Brasileira de Inclusão). Essa lei institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sendo conhecida como Estatuto da Pessoa com

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

Deficiência. Nessa legislação, o conceito de pessoa com deficiência segue o descrito na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Além disso, também há discussões importantes sobre a acessibilidade, o desenho universal, a tecnologia assistiva, ou a ajuda técnica e a discussão sobre barreiras.

Vale destacar que não existe, nesse universo da surdez, o certo ou o errado, em aceitar ou não a condição de surdez. Assim como, antigamente, a busca pela “cura” da surdez era o que se desejava, a perspectiva atual, socioantropológica, da cultura surda e da comunicação em Libras também não deve ser apresentada como a única possível e obrigatória.

Não existe, portanto, um modelo único de surdez ou de pessoa surda, nem uma forma de comunicação comum a todas elas. Não cabe à sociedade impor a forma correta para o sujeito surdo se comunicar. Cada pessoa com surdez irá se identificar mais com o português ou vai optar por oralizar ou apenas por se comunicar por meio da língua de sinais. A surdez, portanto, é plural, complexa, assim como é a vida das pessoas na cidade e como deve ser o caminho de compreensão, na Geografia, do espaço desse sujeito na cidade.

Atualmente, ao pensar no espaço e na espacialidade dos surdos, faz-se necessário ampliar o olhar e incluir, por exemplo, as novas tecnologias existentes. O surdo está, notadamente, na cidade contemporânea, sendo impactado por todas as transformações materiais, sociais e culturais que já se concretizaram no espaço, transformações que incluem, também, os preconceitos e comportamentos sociais construídos e fortalecidos historicamente. Nos dias atuais é preciso considerar que existem comunidades de surdos com atuação que vão do local ao global e que se organizam, reorganizam e produzem o espaço, fruto do avanço e da organização dessa comunidade, mas que seguem muitas vezes invisibilizadas na cidade.

Além disso, no que se refere à vida dos surdos nas cidades na atualidade, muitas são as situações cotidianas de dificuldades enfrentadas que podem ser objeto de reflexão, tais como a falta de acessibilidade comunicacional nos bancos, escolas, serviços de saúde, transportes, lazer e cultura, nos serviços de delegacias, policiais, bombeiros e serviços jurídicos; a falta de avisos luminosos em prédios em situação de incêndio ou evacuação; a falta de acessibilidade

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

em aplicativos e serviços de entrega; dentre outras, as quais os surdos estão sujeitos todos os dias.

Abordam-se aqui os surdos que dominam a língua de sinais ou a leitura labial, porém, para aqueles surdos que não foram oralizados ou não aprenderam a língua de sinais ou o português, a situação pode ser ainda mais desafiadora. A busca pela qualidade de vida é crucial, e no contexto urbano, é essencial considerar as necessidades e peculiaridades não apenas dos ouvintes e dos surdos reabilitados, mas também dos surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e que fazem parte das comunidades surdas.

### 3 Considerações finais

Neste artigo buscou-se compreender características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo e a história de exclusão com impactos nos dias atuais. Foi possível constatar que a vida dos sujeitos surdos esteve, numa primeira perspectiva, limitada ao isolamento social e espacial, uma vez que eles não tinham direito a fazer uso dos espaços da cidade e estavam isolados em suas casas, mas, aos poucos, foram saindo dessa condição de isolamento e conquistando novos espaços sociais e físicos.

Na primeira perspectiva apontada, os surdos estiveram por muito tempo restritos à casa, aos clubes de surdos e escolas. Já atualmente há uma busca progressiva por promover a verdadeira inclusão dos surdos e deficientes auditivos na cidade, não mais vendo a surdez como uma limitação incapacitante.

O olhar lançado para o passado, proposto neste artigo, leva a reconhecer que as pessoas surdas viveram marginalizadas e muitas vezes foram mantidas afastadas dos ouvintes nas cidades, excluídas de direitos, com sua mobilidade e espacialidade reduzidas. A condição de surdez era vista como um problema, uma deficiência, um defeito que deveria ser tratado, para que a pessoa pudesse se adaptar à sociedade e participar de uma cidade pensada para os considerados “perfeitos”, os ouvintes.

É de grande importância, portanto, realizar essa retomada dos acontecimentos históricos ligados à vida dos surdos em sociedade, de modo a ampliar a compreensão sobre a

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

relação tempo e espaço e, assim, enriquecer as interpretações nas pesquisas, especialmente quando da abordagem empírica, pois o que se discute hoje a respeito da vida dessas pessoas precisa ser contextualizado historicamente. Isso porque, a condição de vida e a espacialidade dos surdos são um reflexo de mudanças que estão ocorrendo na visão da surdez, especialmente nos últimos 50 anos.

A perspectiva, portanto, está aberta no âmbito da pesquisa acadêmica e mostra-se complexa, assim como é a vida dos surdos nas cidades atualmente, por isso a necessidade de reconhecer a mudança a partir do que já foi vivido pelos surdos. Além do mais, o que atualmente parece óbvio, como a ampliação do uso das tecnologias de comunicação, por ter se tornado parte da rotina, impacta as pessoas surdas de forma positiva no contexto maior da sua história e, por isso, carece de reflexão. Inclusive, o espaço de encontro e reunião das pessoas surdas passou a ser também virtual, o que leva à necessidade de realizar uma ponderação sobre a questão da materialidade, da corporeidade, requerendo um olhar ainda mais atento para captar nuances e modificações provocadas por situações extremas, como a pandemia da COVID-19, que alteraram significativamente a maneira de as pessoas surdas se comunicarem e se encontrarem.

Por fim, as histórias tristes sobre como os surdos eram tratados no passado são reais e atuais. Contudo, insistir na penalização é tornar superficial a experiência de ser surdo e negligenciar as muitas questões que envolvem a vida dessas pessoas na sociedade. Pessoas surdas podem ser o que quiserem ser! Nesse sentido, é importante observar que muitos (solitariamente ou por meio das Comunidades Surdas) estão lutando para serem incluídos em todos os espaços (físicos e virtuais) e atividades das cidades. Por esse motivo, as histórias que discriminam e provocaram o isolamento socioespacial dessas pessoas, no passado, não devem mais ser reproduzidas para fortalecer os estereótipos construídos ao longo do tempo, mas devem ser usadas para ampliar a acessibilidade desses sujeitos aos espaços e reparar a dignidade perdida.

Essa dívida para com a Comunidade Surda deve ser uma reflexão que pode ser estendida a todos os campos profissionais que comumente desconsideram as necessidades das pessoas surdas. No caso da Geografia brasileira, há muito o que se discutir sobre o espaço das comunidades surdas no país e sobre a diversidade linguística. De fato, há várias discussões

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
 Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

que podem ser feitas no âmbito da Geografia, tanto acadêmica quanto escolar, com o aprofundamento da perspectiva de análise socioantropológica. É crucial que se promova o debate sobre o silenciamento dos grupos minoritários na Geografia, bem como a discussão acerca do ouvintismo e da surdez, incluindo a análise do silêncio e do "não-dito" no contexto espacial, o que pode tornar visível para os ouvintes aspectos que não são compreensíveis por meio de seus processos reflexivos.

## Referências

BEN-MOSHE, L. The institution yet to come: analyzing incarceration through a disability lens. In: DAVIS, L. J. **The disability studies reader**. 5. ed. [S. l.]: Taylor and Francis, 2016. p. 119-130.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Palácio do Planalto [online], 2005. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Palácio do Planalto [online], 2002. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Palácio do Planalto [online], 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 12 out. 2023.

COLUCCI, D. G.; MAGNO, M.; SOUTO, M. Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. **Geografias**, [s.l.], v. 07, n. 1, p. 114-127, 2011.

FEKETE, E. **Signs in space: american sign language as spatial language and cultural worldview**. 2010. Dissertação (Master of Arts) – Kent State University, Kent (EUA), 2010. Disponível em: [https://etd.ohiolink.edu/acprod/odb\\_etd/ws/send\\_file/send?accession=kent1279060612&diposition=inline](https://etd.ohiolink.edu/acprod/odb_etd/ws/send_file/send?accession=kent1279060612&diposition=inline). Acesso em: 12 abr. 2020.

GULLIVER, M.; FEKETE, E. Themed section: Deaf geographies—an emerging field. **Journal of Cultural Geography**, [s.l.], v. 34, n. 2, p. 121-130, 2017.

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas

GULLIVER, M.; KITZEL, M. **Deaf geography, an introduction**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/281555405\\_Deaf\\_Geography\\_an\\_introduction](https://www.researchgate.net/publication/281555405_Deaf_Geography_an_introduction).  
Acesso: 8 jun. 2021.

HALL, E.; WILTON, R. Towards a relational geography of disability. **Progress in Human Geography**, [s.l.], v. 41, n. 6, p. 727-744, 2017.

HAROLD, G. Reconsidering sound and the city: asserting the right to the deaf-friendly city. **Environment and Planning D: Society and Space**, [s.l.], v. 31, n. 5, p. 846-862, 2013.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: suplemento sobre educação profissional e aspectos complementares da educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

LIMA, D. C. G. **De pessoa com deficiência auditiva a surdo: embates dialógicos e objetificação colonial no processo de transição identitária**. 2020. 106f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

NOMELAND, M. M. N.; NOMELAND, R. F. **The deaf community in America: history in the making**. [S. l.: s. n.], 2012.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, p. 17-31, 2014.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. [S. l.: s. n.], 2010.

SONNENSTRAHL, D. **Deaf artists in America: colonial to contemporary**. San Diego (EUA): DawnSignPress, 2002.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

### Contribuições de autoria

Patrícia dos Santos Dias: conceituação; investigação; análise formal; escrita - rascunho original; escrita - análise e edição.

Eugênia Maria Dantas: visualização; supervisão; validação; escrita - análise e edição.

“Geografia do silêncio”: características da espacialidade dos surdos ao longo do tempo  
*Patrícia dos Santos Dias, Eugênia Maria Dantas*

Recebido em: 13/03/2023

Aprovado em: 06/10/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

[revistapercursos.faed@udesc.br](mailto:revistapercursos.faed@udesc.br)